

Dívida interna federal deve continuar crescendo

Gasto adicional de R\$ 102 milhões com juros, em maio, aumentou ainda mais o débito do Tesouro com títulos públicos

Leandra Peres e Rossana Alves

Editoria de Arte

BRASÍLIA. A decisão do Banco Central de interromper o processo de redução das taxas de juros e os problemas políticos enfrentados pelo Governo no mês passado provocaram estragos nas contas públicas. Em maio, o Tesouro Nacional foi obrigado a pagar taxas mais altas para vender seus títulos no mercado, o que resultou num gasto adicional com juros de R\$ 102 milhões.

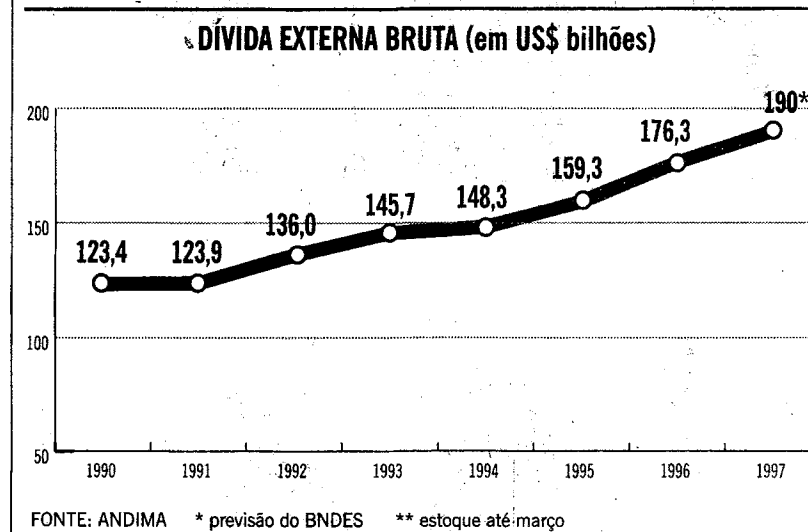
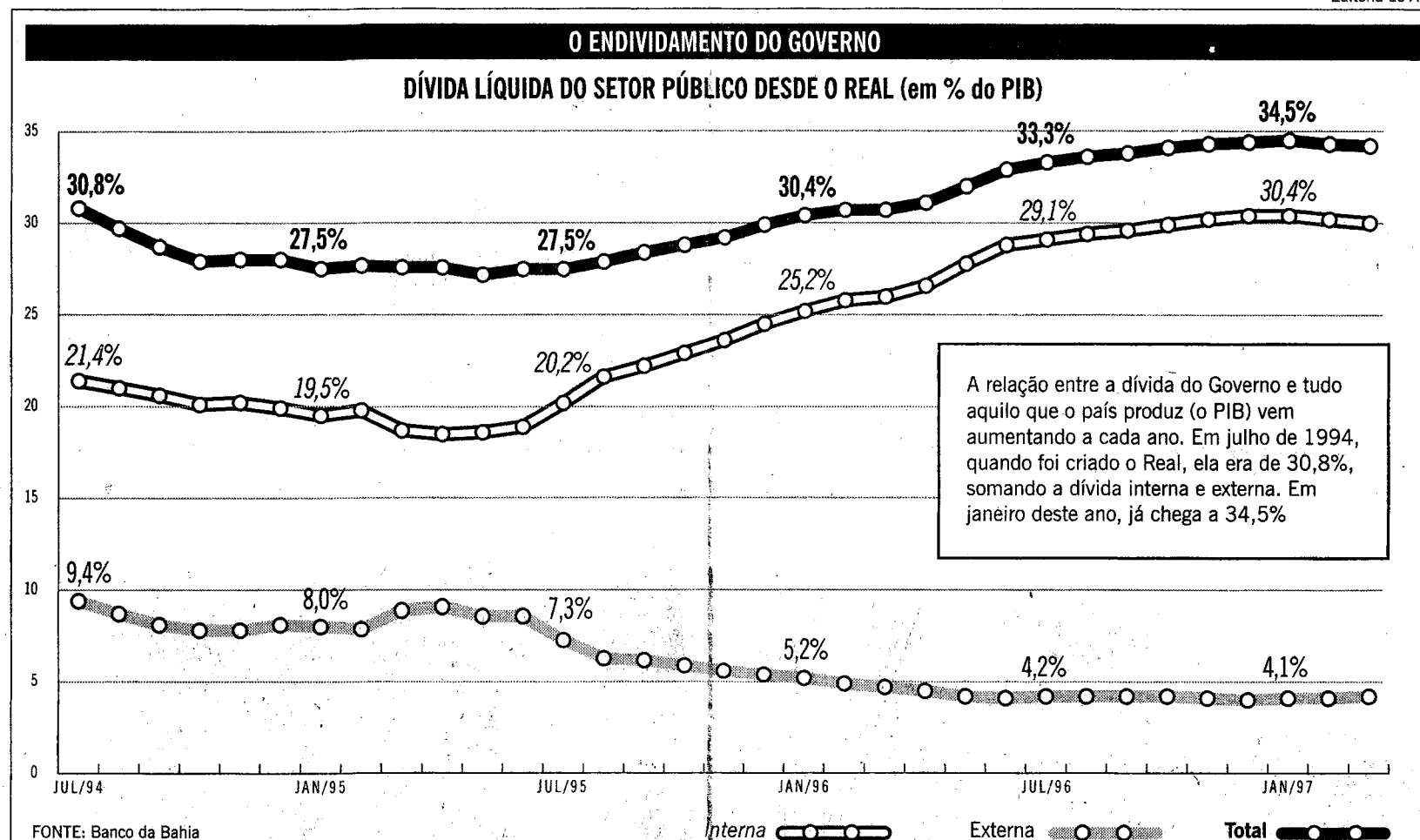
A manutenção da TBC em 1,58%, em maio, fez com que no leilão do Tesouro no primeiro dia útil daquele mês a taxa dos títulos de seis meses subisse para 11,29%, bem acima dos 9,88% obtidos no leilão anterior, em 15 de abril. Esse aumento provocou uma perda de R\$ 30 milhões. Nesta mesma oferta pública, o Governo decidiu não vender os títulos de um ano porque o mercado exigiu uma taxa muito alta e as propostas foram muito diferentes.

A interrupção na queda dos juros serviu para agravar ainda mais o problema da dívida interna. Os juros se tornaram uma armadilha para a equipe do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Se, por um lado, taxas mais altas estimulam o ingresso de capitais estrangeiros no país, necessário à cobertura dos crescentes déficits das contas externas, por outro vêm provocando o crescimento da dívida interna. Desde o início do Real, a dívida em títulos cresceu 71%, passando de R\$ 70,6 bilhões em julho de 94 para R\$ 120,8 bilhões em abril passado.

Prejuízo cresceu com crise política no mês passado

Os problemas políticos do Governo com o Congresso aconteceram três dias antes do segundo leilão de maio. Resultado: o predo do Governo, se comparado ao pago em abril, foi de R\$ 39 milhões. O deságio exigido pelo mercado, que é igual aos juros pagos pelo Tesouro, foi de 11,46% no período de seis meses, superior inclusive ao que o mercado havia cobrado quando o BC confirmou a interrupção na queda dos juros.

Por outro lado, para financiar

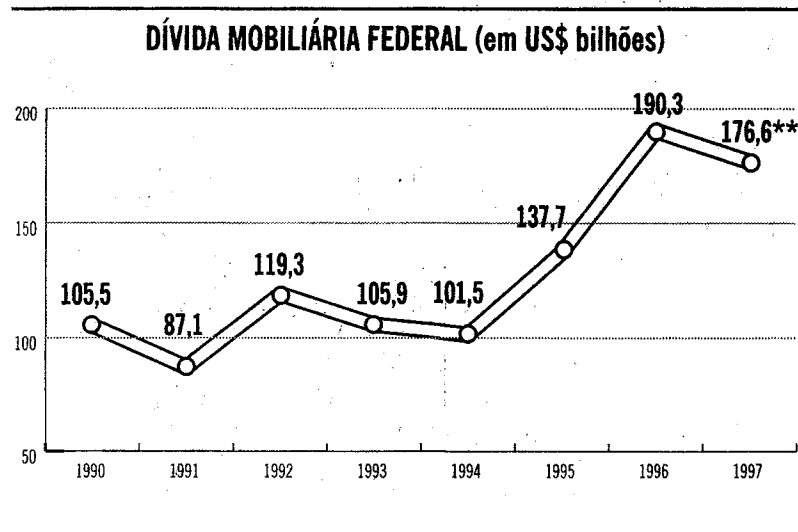


os crescentes déficits no balanço de pagamentos, o Governo tem sido obrigado a ampliar a dívida externa, que nos últimos seis anos cresceu 43%, saltando de US\$ 123,4 bilhões em 1990 para US\$ 176,2 bilhões em 1996.

É verdade que o crescimento tem sido impulsionado muito mais pelas empresas privadas do

que pelo setor público. Com a reestruturação promovida em 94 que permitiu o lançamento dos *bradies bonds*, a dívida externa do Governo vem caindo ano a ano. No final de 96, estava em US\$ 88,7 bilhões, depois de ter ultrapassado a casa dos US\$ 100 bilhões no início da década passada.

O setor privado tem atuado no



sentido inverso. Assustados com os juros internos, bancos e empresas têm conseguido no exterior empréstimos com taxas cada vez mais baixas.

A busca pelos dólares tem sido tão intensa que a dívida de longo prazo do setor privado cresceu 42,3% em apenas um ano. Do fim de 95 ao fim de 96, pulou de US\$

37,9 bilhões para US\$ 53,9 bilhões.

— O país está se endividando, mas não está gerando produção nem excedentes exportáveis que permitam pagar a dívida no futuro — alerta o deputado Delfim Netto (PPS-SP).

A dívida interna também não deverá parar de crescer. Pelo

contrário. Tudo indica que vai aumentar, apesar do processo de privatização. Além dos juros altos, o estoque cresce por causa do reconhecimento de dívidas antigas da União, batizadas pela equipe econômica de “esqueletos”. Segundo levantamento preliminar da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, obtido pelo GLOBO, esses “esqueletos” chegam a R\$ 60 bilhões. O estudo mostra que, para manter a dívida estável em relação ao PIB e assumir apenas uma parte desses “esqueletos”, o Governo precisaria gerar um superávit primário adicional de R\$ 1,8 bilhão, equivalente a 0,22% do PIB, além do 1,5% do PIB já anunciado pela equipe econômica.

O documento prevê que o Governo pagará este ano R\$ 950 milhões em juros com a rolagem da dívida de R\$ 7,5 bilhões dos agricultores, cerca de R\$ 400 milhões para o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), e outros R\$ 500 milhões pela dívida de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esta seria a parcela de “esqueletos” reconhecida em 97. É uma meta ousada, que dificilmente será cumprida.

Preocupada com o crescimento da dívida, a equipe decidiu que os “esqueletos” não serão contabilizados de uma só vez. O pagamento será feito escalonadamente, na proporção dos recursos recebidos com as privatizações.

BC rejeita tese de que dívida externa traz riscos

Já na área externa, o BC comemora o lançamento de bônus com prazo de 30 anos no mercado internacional, o que demonstraria uma melhora na credibilidade do país no exterior. Mas se por um lado o país está conseguindo captar com facilidade dólares para cobrir o buraco nas contas externas, as despesas com o serviço da dívida devem chegar este ano a US\$ 33 bilhões, quando, no início da década, eram de US\$ 12 bilhões. O BC por sua vez, rejeita a tese de que o aumento do endividamento externo traz risco de instabilidade para o país, pois o Brasil tem recebido muitos investimentos diretos.